



Entre o lembrar e o esquecer: a ditadura civil-militar brasileira a partir da trilogia da tortura de Heloneida Studart.

Ioneide Maria Piffano Brion de Souza¹

Recebido em: 03/01/2019

Aceito em: 22/01/2019

RESUMO

A literatura teve um papel importante entre as artes de resistência tanto no diagnóstico da violência e da experiência social sob o autoritarismo, quanto no exame das contradições e impasses dos intelectuais de esquerda que se opunham ao regime. Este artigo objetiva refletir sobre a relação entre história e literatura. A escolha da temática do artigo se deu não porque a literatura imitou a realidade nos livros, mas porque, em muitos casos, só a reflexão propiciada pela ficção, pela imaginação ou pela memória poderia dar conta de compreender uma realidade política, cultural e social tão multifacetada e complexa. Assim, busca-se compreender de que maneira a narrativa literária, quando colocada em diálogo com pesquisas acadêmicas recentes, contribuem para uma compreensão desse período da história brasileira. Exemplificamos essa ideia com uma breve análise da Trilogia da Tortura de Heloneida Studart.

Palavras-chave: Memória. Literatura. Regimes Autoritários.

Between remembering and forgottening: the brazilian civil-military dictatorship from the trilogy of torture of Heloneida Studart

RESUMEN

La literatura tuvo un papel importante entre las artes de resistencia tanto en el diagnóstico de la violencia y de la experiencia social bajo el autoritarismo, como en el examen de las contradicciones e impasses de los intelectuales de izquierda que se oponían al régimen. Este artículo objetiva reflexionar sobre la relación entre historia y literatura. La elección de la temática del artículo se dio no porque la literatura imitó la realidad en los libros, sino porque, en muchos casos, sólo la reflexión propiciada por la ficción, por la imaginación o por la memoria podría dar cuenta de comprender una realidad política, cultural y social tan multifacética y compleja. Así, se busca comprender de qué manera la narrativa literaria, cuando se pone en diálogo con investigaciones académicas recientes, contribuyen a una comprensión de ese período de la historia brasileña. Exemplificamos esa idea con un breve análisis de la Trilogía de la Tortura de Heloneida Studart.

Keywords: La Memoria. La Literatura. Regímenes Autoritarios.

¹ Doutoranda da programa de pós-graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Doutora em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas, Mestre em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Especialista em Docência e Gestão do Ensino Superior pela Universidade Estácio de Sá, Graduada em História e Habilitada em Patrimônio Histórico pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES, e-mail: ioneide.piffano@gmail.com, endereço do CV: <http://lattes.cnpq.br/9956503122105927>.



1 MEMÓRIA E HISTÓRIA

Uma sociedade num dado tempo de sua história, segundo Arlette Ferge (2011, p. 19), tem de fato um poder considerável sobre a expressão do sofrimento dos seus. Esse sofrimento se exprime de tal forma que pode tanto repugnar quanto seduzir, gerar modos de assistência, sentimentos de compaixão ou simplesmente ser suprimido. Nas palavras de Bruno Groppo (2001, p. 31),

qualquer sociedade confrontada com um passado trágico e difícil de assumir desenvolve mecanismos de inibição, esforçando-se por esquecer os acontecimentos e as experiências cuja evocação provoca sofrimento e ameaça sua identidade, sua auto-estima ou seu equilíbrio. Voluntária ou involuntariamente, tenta arrancá-los de sua memória. Amiúde o logra, mas somente por um certo tempo, mais ou menos longo, depois do qual o passado suprimido volta à superfície.

Vieira (2014, p. 72) salienta que "com as mudanças sociais e/ou geracionais no transcurso do tempo, observam-se *fases ou ciclos de memória social*, em que se alternam períodos mais quietos e mais agitados, conforme fatores externos ou especificamente nacionais reativem os debates".

Entretanto, continua a pesquisadora, ainda que essas "guerras de memória" estejam orientadas em direção ao futuro, a memória das vítimas ocupa um lugar especial nessa disputa uma vez que é a única totalmente interessada no estabelecimento da verdade, impulsionando a sociedade a olhar o passado de frente, querendo evitar que ele se repita e propondo criar políticas de memória e processos de reconstrução de sentidos, que significam, inclusive, dinâmicas de ressemantização da linguagem a respeito de termos que, ao longo do tempo, passaram a designar conteúdos distintos, por grupos distintos (como "revolução", "democracia", "nação", etc.).

Em função disso, a memória tem se apresentado no quadro das preocupações contemporâneas como uma de suas principais temáticas. A emergência dessas preocupações constantes com as questões da memória são sintomas do fenômeno que Andreas Huyssen (2000, p. 9) chamou de "inflação da memória".

De acordo com o autor, vivemos uma época em que se inverteu o grande paradigma que havia vigorado do Renascimento ao Modernismo, no qual as expectativas se voltavam para o futuro, e agora o passado-presente de um mundo sem expectativas do futuro se



expressa, entre outros fatores, por uma compulsão pelo arquivo, pela monumentalização do passado e pela busca incessante de registro da memória (HUYSSSEN, 2000).

A inflação da memória, discutida por Huyssen, também é afetada por uma desigualdade na produção da memória no que se refere aos objetos rememorados. Paul Ricoeur (2007) demonstra que essa desigualdade na produção da memória coletiva é muitas vezes afetada pelos “traumatismos da memória” em relação a determinados acontecimentos históricos, de modo que o historiador da memória deve estar pronto a lidar com os recalques e retornos de recalques. O recalque pode se expressar através do silêncio relativo a um acontecimento vergonhoso ou traumático da memória nacional, mas o retorno do recalque pode, em contrapartida, produzir um excesso de memória.

O passado chega ao presente de maneiras diversas e a relação que mantemos com esse determinado passado, que ainda nos invade e que também o invadimos, faz com que as experiências de vida desempenhem no atual quadro um papel importante no processo de rememoração. Elas são um ponto de partida para as lembranças, para a memória. Desta maneira, segundo Leroi-Gourhan (1964, p. 68) a matéria memorável seria composta pelo tríptico problema do tempo, do espaço e do homem.

O que nos obriga a compreender que memória não pode ser associada a um “espaço inerte” no qual se depositam lembranças, mas deve ser considerada como “território”, como espaço vivo, político e simbólico no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos que reinstituem o Ser Social a cada instante. A memória é, portanto, uma instância criativa, uma forma de produção simbólica, que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos.

Por isso, Primo Levi (2016) nos alerta para o fato de embora as lembranças serem um instrumento maravilhoso, elas podem ser e são falazes. "As recordações que jazem em nós não estão inscritas na pedra; não só tendem a apagar-se com os anos, mas muitas vezes se modificam ou mesmo aumentam, incorporando elementos estranhos" (LEVI, 2016, p. 17). Servindo a vontades políticas e culturais. Desta maneira, as recordações não seguem uma linearidade, mas se constitui de um vaivém, como acontece numa conversa mareada por idas e vindas.

Corroborando com o pensamento acima, Pierre Nora, apresenta a memória como uma vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações



sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1984, p.XIX).

Izquierdo (2002, p.16) compreende a memória como “[...] um mecanismo que tem sempre algo de misterioso por trás, algo que diz respeito a quem somos. Nossa individualidade existe porque temos memória. São nossas memórias que irão nos guiar e nos darão suporte para as reflexões sobre o que somos e de como seremos”. O nosso passado contribui para que possamos continuar a caminhada. Contribui também para que façamos alguns ajustes sobre nossas impressões sobre a realidade que nos cerca.

Os trabalhos atuais sobre memória como nos mostra Pollak (1989) rompem com o discurso histórico que constrói uma memória oficial, muitas vezes linear e com início e fim bem delimitados. Esses trabalhos trazem para a historiografia as lembranças dos marginalizados e dos excluídos; as fraturas do tecido social; o passado nem sempre glorioso ou belo de uma nação ou grupo.

Para o autor, a memória nacional uniformizou lembranças exercendo uma função opressora em relação às experiências lembradas pelas pessoas e grupos muitas vezes em uma tentativa de esquecer os traumas e seguir em frente. Tais lembranças, consideradas “memórias subterrâneas”, trazem à tona conflitos entre as memórias emergentes e as memórias estabelecidas, essas organizadoras de uma pretensa ordem social (POLLAK, 1989).

Para os países do cone sul que viveram a experiência da repressão e do terrorismo de Estado, as memórias subterrâneas tem sido responsáveis por trazer uma história que demonstra forte insatisfação com um passado que se tentou apagar, esquecer. As palavras de João Batista Figueiredo ao enviar ao Congresso Nacional o projeto de lei para a concessão de anistia aos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar² brasileira deixa claro a memória que se pretendeu construir do período autoritário: "eu não quero perdão porque perdão pressupõe arrependimento [...]. Eu apenas quero que haja esquecimento recíproco" (MONTEIRO, 2009).

² Como ressalta Daniel Aarão Reis Filho (2005), bem como Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014), com o passar do tempo, principalmente a partir da década de 1980, construiu-se uma memória demonizada da ditadura, que isentava toda a população e as instituições da sociedade civil de qualquer apoio ao golpe de 1964 e ao regime que se seguiu. Fixou-se a interpretação de que o país foi reprimido por um regime ditatorial como uma força estranha e externa. Assim como foi difundida a ideia de que a ditadura foi fruto apenas da conspiração de militares. Sobressaiu, portanto, a tese de que a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo e que era preciso exorcizar este passado, como se setores da sociedade não tivessem tido nunca identificação com o regime (REIS FILHO, 2005, p. 9). Contudo, Daniel Aarão Reis Filho e Denise Rollemberg, vem procurando enfatizar o papel desempenhado por setores civis no contexto do golpe de 1964 e na sustentação do regime que se seguiu. Daí, o uso do termo civil-militar.



Se a memória "oficial" forçava o esquecimento, também forçava um mal-estar sobre falar ou não do passado, lembrar ou esquecer, rememorar ou seguir adiante. A própria lei da anistia possuía temporalidades distintas quando observado sua aplicabilidade nos grupos que dela se beneficiaram: enquanto os condenados por crimes contra a segurança nacional tinham suas condenações e penas passadas suspensas, os militares tinham para o futuro uma expectativa de perdão de responsabilidades penais futuras.

Renato Lemos (2002, p.289) lembra que a anistia política consagrada na tradição política brasileira expressa duas tradições: a conciliação como meio para a manutenção dos interesses das classes dominantes e a “contra-revolução preventiva” como estratégia de combate às crises.

Nesse sentido, para Lemos as políticas de conciliação teriam como objetivo principal pôr fim às contradições entre os grupos dominantes e garantir a ordem. Com base nesta linha interpretativa, a anistia de 1979 é entendida como uma grande transação entre setores moderados do regime civil-militar e da oposição.

Uma transação que, como parte de uma série de transformações buscadas desde 1973 por lideranças civis e militares do governo, pretendia alcançar o abrandamento da legislação repressiva e a ampliação do leque de opções partidárias. Desse modo, estaria sendo preparado pelo governo um processo de transição que garantiria a incorporação de algumas forças políticas sem que houvesse o descarte da tutela militar (LEMOS, 2002, p. 293).

Então a Lei da Anistia, aprovada em 28 de agosto de 1979, excluiu os condenados pela prática de “crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” e incluiu os acusados de “crimes conexos” – ou seja, os militares ou agentes a serviço do regime civil-militar, que tivessem torturado, assassinado, participado do desaparecimento de pessoas seriam beneficiados pela Lei. Desse modo, à Lei da Anistia passou a ser atribuída um suposto caráter de reciprocidade. Por isso, fala-se que a Anistia brasileira foi injusta porque ocultou, mascarou e deixou impune os culpados pelas torturas e pelos assassinados.

Segundo Lemos (2002, p. 296):

No Brasil, o “espírito de reconciliação” que norteou este caráter recíproco contribuiu também para que fossem anistiados eticamente todos os que sustentaram a violenta ditadura brasileira. Muitos deles são, hoje, pilares da democracia brasileira, atuando em posições políticas destacadas. (...) Exercem essa continuidade dando as mãos a antigos adversários. É o “espírito de reconciliação” que permite a tranqüila convivência no poder entre antigos expoentes da ditadura militar e “subversivos” dos anos 60. (...) Foi igualmente o “espírito de reconciliação” que obstou a apuração



de crimes de tortura e assassinato praticados por membros dos serviços de segurança e acobertados pelos governos militares.

Esse tipo de transição constituir-se-ia, portanto, em uma estratégia de sobrevivência de diversos setores das classes dominantes. Tratava-se de evitar que a situação de crise política evoluísse no sentido da contestação revolucionária da ordem social. A continuidade da velha na nova ordem é viabilizada pelas salvaguardas embutidas no pacto de transição estabelecido entre os setores moderados do quadro político, entre as quais a natureza restrita e recíproca da anistia.

A ditadura civil-militar brasileira chegava ao fim, mas não sem deixar para trás marcas na sociedade. Marcas e cicatrizes que não puderam ser apagadas, mas que, para o estabelecimento de uma nova ordem democrática, necessitavam de algum tratamento.

Segundo Norberto Bobbio (2004, 21), a consolidação de um sistema democrático e o estabelecimento da paz em qualquer sociedade estão intimamente ligados ao reconhecimento dos direitos fundamentais dos cidadãos por parte do Estado.

Contudo, no caso do Brasil essa justiça de transição³ foi morosa devido a própria dubiedade da lei da Anistia que forçava o esquecimento e negava a necessidade de reconhecimento dos fatos (CATELA, 2000, p.294).

Sendo assim, pautando-me em Ricoeur é possível dizer que a Anistia brasileira buscou promover o esquecimento de um passado declarado proibido. Para o autor a proximidade entre anistia e amnésia "aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação de memória que [...] na verdade a afasta do perdão após ter proposto sua simulação (RICOEUR, 2007, p. 460).

A Anistia de 1979 teve por extensão a promoção do esquecimento, que é o oposto do trabalho da memória. Contra esse esquecimento Ricoeur (2007) opõe o esquecimento ativo aquele que para o autor apenas ocorre quando há a punição dos responsáveis e o perdão da vítima. Contudo, no Brasil a anistia ao assumir-se como amnésia não permitiu o cultivo da memória política. Também não possibilitou que o país enfrentasse seu passado. O vácuo da justiça criou no país uma geração de desmemoriados.

³ A justiça de transição pode ser entendida como um conjunto de mecanismos hábeis para tratar o legado da violência de regimes autoritários. Teria como elementos centrais: a verdade e a memória (a necessidade de que os fatos sejam conhecidos); a reparação (o dever que o Estado tem de indenizar aqueles que foram politicamente perseguidos); o restabelecimento pleno do preceito de justiça e do devido processo legal (direito de responsabilizar aqueles que romperam a legalidade e perpetraram crimes contra a humanidade); e a reforma das instituições (o dever do Estado de vocacionar as instituições, principalmente os órgãos de segurança, para a vida democrática).



Nora (1993, p. 13) ao abordar os lugares de memória na França afirma que esses "nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres". Nora ainda amplia esse debate ao colocar que a palavra lugar deve combinar três sentidos: material, simbólico e funcional.

No Brasil ao se privilegiar o esquecimento, tanto a memória individual quanto a coletiva ficaram privadas da necessária crise de identidade que possibilita uma reapropriação lúcida do passado traumático. Soma-se a este fato a instituição, quase nacional, de uma ideia de vitimização que pressupõe um sofrimento passivo, o que pode resultar segundo Beatriz de Moraes Vieira (2014, p. 70), "na errônea percepção de anulação das escolhas políticas assumidas". Com isso, aqueles que sentiram o autoritarismo da ditadura civil-militar de perto costumam ser acusados de se vitimizarem ao que muitas dessas pessoas respondem negativamente pois consideram que suas opções ou as de seus familiares foram escolhas políticas, logo conscientes e racionais, e suas consequências são por eles assumidas como frutos amargos dos caminhos seguidos.

Com isso, apagou-se da memória oficial as memórias divergentes que foram condenadas a uma realidade marginal ou clandestina (FIGUEIREDO, 2017, p. 32). Assim, segundo Caroline Bauer (2017, p. 17-18):

o controle sobre a informação e sobre o que seria tornado conhecimento contribuiu para a conformação de determinada memória social, onde alguns fatos foram inscritos e outros não, permanecendo circunscritos a pequenos grupos ou privatizados enquanto memórias impossíveis de serem enunciadas.

Desta maneira, a dor, o trauma e as lacunas surgidas com a violência do autoritarismo no Brasil necessitou, constantemente, serem justificadas, embasadas e escondidas. Não parecia para a época propício para uma nação que tentava se tornar moderna e cidadã cultivar a dor, e principalmente, exteriorizá-la. Nos termos da historiadora Arlette Farge (2001, p. 19), "a dor significa, e a maneira como a sociedade a capta ou a recusa é extremamente importante. [...] a emoção, a dor, a infelicidade, são sentimentos que a história deve também interpretar".

Faz-se necessário estabelecer as conexões entre a experiência histórica e a experiência traumática, entre o sofrimento individual e a vida social, econômica e política, buscando desvendar os modos e meandros pelos quais os processos históricos geram dores, silêncios,



recalques, reatualizações traumáticas (retorno do recalçado), lutos coletivos e possíveis superações, e, sobretudo, como isto se manifesta ou não na(s) cultura(s) do país.

Apreender a memória que adveio do sofrimento e que se buscou calar é responder a preocupação de reintroduzir existências e singularidades nos discursos sobre o autoritarismo nos países do cone sul. É, como ressalta Farge (2011, p. 16-17), também

entrar através das palavras numa das moradas vivas da história, lá onde as palavras formam fraturas num espaço social [...] marcam um lugar fronteiro onde vemos a sociedade regulamentar, afrontar o que lhe sobrevém [...] a fratura que a dor formou é também um laço social, e os indivíduos o gerem de diversas maneiras.

E no caso brasileiro geriram visando dar continuidade a existências interrompidas, visando seguir em frente e preocupando-se mais em manter a ordem do que em se aplicar a justiça. Queria se fazer crer que o esquecimento trazido pelos anos apaziguaria a dor e o sofrimento. Desta maneira, estabeleceu-se no país um encravamento entre a violência, o sofrimento e o poder público em que a ação judiciária, sobretudo após a anistia, poderia ser entendida como perpetuadora de uma violência. A violência do poder público acabou se desdobrando ao logo dos anos seguintes em ações políticas, entre as quais o ato de escrever romances sobre as atrocidades do período ditatorial, passaram a criticar, revelar e interagir com um passado indigesto.

Assim, a Trilogia da Tortura de Heloneida Studart nos permite ler o período partindo das falas individuais dos personagens compreendendo sua função ao mesmo tempo em que interroga e coloca em xeque aqueles que possuíam autoridade para infligir ou reprimir a violência sobre um todo.

Os livros querem evidenciar como a memória sobre o período era confusa. Para isso, destacam a dificuldade de se compreender e definir o que se vivia e sofria, de resto comum para quem estava imerso em seu momento histórico, tornava-se particularmente densa perante os disfarces ideológicos dos governos militares, as artimanhas jurídicas e eleitorais, os discursos invertidos (como defender os Atos Institucionais que suprimiam direitos políticos em nome da “democracia”), além dos prazerosos efeitos imediatos do “milagre econômico” (cuja crise se desdobrou posteriormente por duas décadas, senão até hoje), e de uma certa incapacidade, por parte de setores menos intelectualizados e politizados da população, de sequer imaginar o horror que se passava nos “porões” da ditadura.

Para Vieira (2014, p. 75)



era como se a sociedade brasileira se recusasse a se ver cindida e a perder sua inocência – tão decantada, por exemplo, na poética de Chico Buarque, que a condensa nos versos da canção “João e Maria”: “no tempo da maldade/acho a gente nem/tinha nascido”... O jogo de luzes e sombras em que se misturavam intencionalidade política e ingerências estruturais socioeconômicas (a roda viva que leva tudo pra lá, para manter o tom e o compositor), escolhas conscientes e inconscientes, opções racionalistas e “irracionalistas”, sadismos e inocências, certamente provocava confusão e não facilitava uma percepção social aguda e precisa da experiência histórica em curso.

2 HISTÓRIA E LITERATURA

É buscando reparar a injustiça histórica dos regimes autoritários que o encontro da história com a literatura tem permitido reparar a violação dos direitos humanos, que não cessaram com o fim da prática de atos ilícitos pelos governos autoritários, mas que se perpetuaram na promoção da impunidade e na irresolutividade dos casos de tortura, desaparecimento e morte. De acordo com Ricoeur “contando histórias os homens articulam sua experiência do tempo, orientam-se no caos das modalidades potenciais do desenvolvimento, marcam com enredo e desenlaces o curso muito complicado das ações reais” (RICOEUR, 1978).

A compreensão de que a Literatura é uma manifestação cultural, portanto, uma forma de registro do movimento do homem na sua historicidade permitiu que o historiador a assumisse como espaço de pesquisa para trabalhar os períodos autoritários. A forma e o conteúdo literário devem ser tomados como elementos indissociáveis em cuja unidade reside não apenas a singularidade das obras, como também a singular forma de representar a história que cada uma delas apresenta.

Entende-se que a integridade da obra não permite adotar visões dissociadas as quais pretendem que o valor de uma obra esteja, predominantemente, em seu conteúdo ou em sua forma. Segundo Cândido (2006, p. 13),

Só podemos entender [a obra] fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatos externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo.

Sendo assim, há uma crescente confluência entre História e Literatura que tem possibilitado “*pensar a história como literatura e a literatura como história*” (PESAVENTO, 1999: 86). A forma historiográfica e a forma ficcional são “apenas formas de apropriação e



construção da realidade, modalidades de discurso que devem ser situadas no mundo real e que possuem por objeto o homem” (CUNHA, 2007, p. 40). Para Cunha o objetivo da ficção não é estipular verdades. Se o faz por um instrumental historiográfico, por exemplo, é apenas de forma a auxiliá-la em sua explicação.

Assim sendo, são “instrumentos auxiliares ao entendimento da realidade”, isto é, “ferramentas com que nos aproximamos da sucessão e da coexistência das sucessões” (LIMA, 2006, p. 274). O autor continua explicando que

o ficcional, portanto, implica uma dissipação tanto de uma legislação generalizada, (ele não reflete uma verdade de ordem geral) quanto da expressão do eu (não reflete tampouco os valores do escritor). Nele, o eu se torna móvel, ou seja, sem se fixar em um ponto, assume diversas nucleações, sem dúvida, contudo, possibilitadas pelo ponto que o autor empírico ocupa. (...) Assim, tal dissipação do eu não o torna inexistente, como se escrever ficção fosse anular seus próprios valores, normas de conduta e sentimentos. A imaginação permite ao eu irrealizar-se enquanto sujeito, para que se realize em uma proposta de sentido. (...) Pela ficção, o poeta se inventa possibilidades, sabendo-se não confundido com nenhuma delas; possibilidades contudo que não inventariam sem uma motivação biográfica (LIMA, 2006, p. 275-6).

No entanto, a literatura não se apresenta como veículo que transporta, via narrativa, os eventos e idéias de determinado tempo e/ou lugar. Pode, sim, desenvolver-se como uma modalidade para se rever, através da ficcionalidade, momentos determinados da história factual, que serão resgatados por meio da verossimilhança. O seu estatuto privilegia, e tem comprometimento, com procedimentos de ordem estritamente estética, a qual é igualmente determinada pela função poética da linguagem de que se vale.

Ao apresentar a realidade no texto o artil literário cria esquemas persuasivos de interpretação dos processos sociais que apresentam uma realidade, aquela “vista” pelo seu autor. Não podemos negar que a produção literária de um autor se encaixe em um âmbito social, em determinado local e época e que demonstre, ainda que parcialmente, a sociedade em que vive. Contudo, o que predomina é a leitura e a memória do mundo feita por quem escreve (BAUMGARTEN, 1993, p.93-94).

Sandra Pesavento complementa esse raciocínio ao observar que o historiador deve estar preparado para ver na Literatura "a representação que ela comporta (...) o que nela se resgata é a re-apresentação do mundo que comporta a forma narrativa” (1995, p. 117). Por meio da ficção, propicia a reflexão crítica acerca da vida social, política, dentre outras; resgata a memória e a refunde com a imaginação; denuncia os costumes; traz a dúvida e questiona a



realidade, até mesmo, subvertendo-a. Ler romances, significa preencher determinadas lacunas da experiência de vida.

Silviano Santiago (1989, p. 14) compreende que as ficções escritas em conjunturas como a ditadura civil-militar no Brasil teriam aberto “campo para uma crítica radical e fulminante de toda forma de autoritarismo. Então, usar a literatura como mecanismo de compreensão desse momento é, para dialogar com Renato Franco (2003, p. 356), considerá-la como uma forma de resistência, entendendo “uma dimensão ética, enquanto manifestação de indignação radical diante do horror”.

No Brasil, que viveu sua vida política no século 20 sob o comando e constante ataque e intervenção de militares, e onde a democracia era a exceção, não a regra, é através dos romances que se opuseram a esses regimes que hoje podemos abordar o cotidiano de medo daqueles tempos.

A ficção escrita durante os regimes autoritários, como bem analisado por Eurídice Figueiredo (2017, p. 44), ao se pautar pelo viés da subjetividade, tentou apresentar as experiências fraturadas pela violência do vivido. Para a autora, "só a literatura é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade, pela tortura e pela humilhação, [...] só numa dimensão ficcional é possível entrever nas dobras da história os interditos" (FIGUEIREDO, 2017, p.43-44). Desta forma, a literatura não é sinônimo de fantasia e imaginação, mas é antes uma estratégia ordenadora da linguagem a fim de criar uma narrativa compreensível. Rancière (2009, p.57-58) pontua que a literatura estabeleceu formas de conexão entre os fatos apresentados e formas de inteligibilidade que tornaram fluídas as fronteiras entre a razão dos fatos e a razão da ficção. Para contar o trauma é preciso reinventá-lo através da ficção almejando exprimir as incongruências e as ironias do comportamento autoritário.

Sendo assim, a literatura se ancora ao real, mas não necessariamente o representa. A partir do momento em que o foco se encontra no mundo interior dos personagens, os dramas narrados, muitas vezes relacionados diretamente ao momento histórico em que vivem, e seus efeitos para os personagens, são muito mais importantes que os acontecimentos propriamente ditos. Ademais, se por um lado, as memórias narradas são individuais, por outro, são reflexos da memória coletiva.

Através da leitura, problematiza-se a memória socialmente construída e, dessa forma, a ficção coloca-se a favor do social. Segundo Compagnon (2009, p. 47) "a literatura é o único



meio de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no tempo e no espaço, ou que diferem de nós por suas condições de vida. Ela nos torna sensíveis ao fato de que os outros são muito diversos de nós" criando identidades a partir do encontro com a alteridade.

Os livros que compõem a Trilogia da Tortura de Heloneida Studart justamente querem recriar o ambiente de tensão e horror provocando ao mesmo tempo identificação e repulsa por parte do leitor. Por isso, podem ser compreendidos como uma literatura de testemunho. Essa, conceituada a partir dos relatos de sobreviventes dos campos de concentração nazistas, se articula como uma tensão entre a necessidade de narrar a experiência da barbárie e a percepção da insuficiência da linguagem diante do horror.

Com isso, redimensiona a relação entre literatura e realidade, objetivando salientar o caráter traumático de toda experiência narrada. Na Trilogia a escritura e morte se reencontram, mas agora no sentido oposto, ou seja, não mais da morte como estando na base da linguagem, mas sim na medida em que o texto deve manter a memória, a presença dos mortos e dar um túmulo a eles. Pode-se dizer que o texto de testemunho é também um acerto de contas com os que aqui já não estão e uma libertação para os que ficaram.

Nesse sentido, tanto a memória quanto a literatura de testemunho podem ser encaradas como uma arte de leitura de cicatrizes. Pensar sobre a literatura de testemunho, então, implica repensar a nossa visão da História porque aquele que testemunha se relaciona de um modo excepcional com a linguagem uma vez que se desfaz dos lacres dessa que tentavam encobrir o indizível que a sustenta. Os romances foram escritos em diferentes momentos da ditadura civil-militar brasileira o que faz com que eles tenham formas distintas de apresentar a temática e trabalhar com a memória.

No entanto, seus enredos, antecedendo em muito a própria historiografia, já questionam o papel da escrita como detentora de memória de períodos traumáticos, tratam do papel fundamental de setores da sociedade civil para o implante do golpe, questionam os conceitos de golpe ou revolução e ainda levantam questões sobre a anulação da participação das mulheres na resistência contra a opressão. A Trilogia é composta pelos seguintes livros: O Pardal é um Pássaro Azul (1975), O estandarte da Agonia (1981) e O torturador em Romaria (1986).

3 OS LIVROS



O Pardal é um Pássaro Azul é uma mistura de um romance reportagem com uma literatura fantástica de onde nasce um romance cuja pretensão é contar a conversão do artista, do intelectual e do escritor, em militante revolucionário e a necessidade desse se manter intelectualizado. Contudo, a ditadura civil-militar aparece no romance de forma alegórica.

A construção alegórica da História no romance encerra possibilidades de fundar outras figuras de sentido. Para Benjamin (1984), a alegoria é, enquanto escrita, compreendida pela sua convencionalidade de signos, capaz de expressar algo diferente daquilo que representa.

Dizendo o outro, a obra literária manifesta uma abertura vedada à historiografia oficial, de maneira que, agora retomada, a alegoria é vista como um objeto de interpretação. Considera-se, assim, que o recurso alegórico no livro é aquele discurso que faz entender outro, em que uma linguagem oculta outra. Percebemos a sutileza da autora para burlar a censura em várias passagens como:

– Que é que você está lendo? Perguntou [a mãe]. – Ah, é uma história aí de estripador... Tem brumas, gerânios, ferro de lareira, mordomos. Nada a ver conosco”. Ou ainda na passagem: “– Por que você está chorando, moça? [pergunta uma criança à Marina]. Eu estou chorando? Ultimamente as lágrimas me descem pelo rosto e não as sinto mais (STUDART, 1975, s/p).

Já os outros dois romances, O Estandarte da Agonia e O Torturador em Romaria, foram publicados após a promulgação da lei da anistia e, ao mesmo tempo, que denunciam os horrores do período ditatorial com realce para o ‘realismo’ dando conta de uma “verdade humana” singular desejando mimetizar os comportamentos humanos, de retratar todo o tipo de experiências, também foram silenciados em suas denúncias por tratarem de temas (os desaparecidos políticos e os torturadores) sob os quais parava um pacto nacional de esquecer para poder continuar vivendo. A indistinção que se cristalizou entre anistia e amnésia relegou as atrocidades cometidas durante os vinte anos da ditadura civil-militar, em nome do desenvolvimento nacional, aos interesses do esquecimento, e ao futuro incerto, sua dura e necessária memória.

Nas obras da década de 1980 ficam registradas a denúncia dessas atrocidades cometidas pelos agentes do governo. Uma denúncia sem meias palavras na qual se percebe como a relação homem-mulher interferiu entre os que foram presos e os que ficaram “em liberdade”; as relações familiares; as estratégias desenvolvidas para resistir às ditaduras; a maneira como as torturas, repressões, prisões, desaparecimentos, marcaram a vida cotidiana



de várias pessoas inclusive de algumas que não tinham envolvimento direto com a militância política.

Para ilustrar vejamos algumas passagens:

quebraram na porrada doutor [...] Argemiro sentiu um odor de sangue e medo que vinha da vida paralela, a vida onde circulavam os lobisomens [...] viu os cotos dos dedos de onde as unhas haviam sido arrancadas. -Não estou doente, mas tenho um amigo baleado num apartamento perto daqui.

Estavam armados e agarraram Luís. Ele resistira. [...] O sangue lhe escorria no canto da boca [...] os quatro homens o arrastaram para um carro comum [...] riram e ligaram o motor. Antes de sair, luís lançara fora sua blusa de linha, com um único bolso, no qual guardava os documentos.

Tentei botar um anúncio no principal matutino com um retrato dele e aquele título procura-se. Mas não sei o que há com a imprensa. Recusaram [...] de um tempo pra cá temos muito cuidado com esse tipo de anúncio (STUDART, 1981, p.25, 46, 48.)

Ou ainda,

Na tortura, ela se comportou como um cordeiro: gemia sem nunca gritar. Cortei-lhe a orelha direita com uma tesoura; caiu sobre o meu sapato como uma borboleta disforme. Achei que deveria alargar-lhe os olhinhos amendoados com uma gilete.

Eu, Maria Yamasaki [...] acuso o desaparecimento da minha filha Masuko, 18 anos, universitária [...] que se encontra em cova desconhecida e endereço não sabido, depois de torturada até a morte pelas Forças de Segurança.

Que é que tem? Você não cegou o advogado depois de deixá-lo no pau de arara? (STUDART, 1986, p.5-8).

A ficção da trilogia se ancora ao real, mas não necessariamente o representa. A partir do momento em que o foco se encontra no mundo interior dos personagens, os dramas narrados, muitas vezes relacionados diretamente ao momento histórico em que vivem, e seus efeitos para os personagens, são muito mais importantes que os acontecimentos propriamente ditos. Ademais, se por um lado, as memórias narradas são individuais, por outro, são reflexos da memória coletiva. Através da leitura dos romances, problematiza-se a memória socialmente construída e, dessa forma, a ficção coloca-se a favor do social.

Pautando em Vecchi e Dalcastagnè (2014, p. 12), observamos que a literatura que emerge dos livros da Trilogia pode ser compreendida como um campo privilegiado a partir do qual se pode “praticar uma política do nome próprio em relação ao passado, em que a violência não se eufemiza nos disfarces linguísticos e pode declinar-se em todas as forças que a constituem”. Heloneida não exclui o bárbaro; ela ficcionaliza.

O outro, o inimigo, é um objeto privilegiado de representação do qual se deve imaginar sua dimensão interior, sua verdade secreta, seus modos de ser. O bárbaro é uma



sinédoque do real. Em seus traços físicos se leem as dimensões e características da realidade que o determina.

A meu ver o universo ficcional heloneidiano elaborou a apreensão de um mundo possível. Ao romper com a linearidade narrativa, da mesma forma que ao abandonar a concepção totalizante e lógica do mundo, a autora buscou apresentar uma síntese entre ruptura e tradição, entre fragmentação e criação de uma coerência para momento histórico incoerente. Heloneida empenhou-se em oferecer uma ilusão de verdade absoluta ao leitor.

Entretanto, é notório que a sua representação do passado ditatorial do Brasil mostra apenas uma parte do que foi, ou seja, uma aparência da realidade factual. O que é uma característica da literatura, que “participa da vida, mas não é a vida. Está ao mesmo tempo dentro e fora dela.

Nesse sentido, a ficção assumiria o papel de expressão das incongruências e das ironias dos regimes autoritários. Ela descortinaria aspectos e elementos importantes da estrutura social do passado que, para o caso brasileiro, em decorrência das dificuldades de acesso a muitos dos documentos do período, como bem ressaltado por Eurídice Figueiredo (2017, p. 29), viria a cumprir o papel de uma espécie de “suplemento aos arquivos”, ampliando as possibilidades para uma reflexão mais refinada sobre um passado que se tentou silenciar. Como poderia o sobrevivente retomar a vida no mundo, ressignificá-la, retomar os vínculos e os laços que alicerçam uma vida corriqueira em um mundo que se tornou, repentina e inexplicavelmente, do ponto de vista subjetivo, inteiramente estranhado?

Pautando-me em Ginzburg (2007, p. 43), ousou dizer que a memória da ditadura civil-militar brasileira,

se impõe como um problema fundamental (...) em um país em que as heranças conservadoras são monumentais, e as dificuldades para esclarecer o passado são consolidadas e reforçadas, o papel de escritores, cineastas, músicos, artistas plásticos, atores e dançarinos pode corresponder a uma necessidade histórica. Enquanto instituições e arquivos ainda encerram mistérios fundamentais sobre o passado recente, o pensamento criativo pode procurar modos de mediar o contato da sociedade consigo mesma, trazendo consciência responsável a respeito do que ocorreu.

Desta maneira, os romances de Heloneida tem, a seu modo, revisitado acontecimentos históricos e extraído-lhes novos significados de modo que eles não permaneçam no esquecimento. Conforme destacado por Márcio Seligmann-Silva (2003, p.17), neste movimento reflexivo, os discursos historiográficos e os literários, ainda que mantenham suas



fronteiras e particularidades, podem ser mobilizados de forma articulada para uma compreensão mais complexa sobre o passado traumático.

A Trilogia contribui para a escrita do passado de repressão do Brasil por trazer em suas páginas o cotidiano que, em diferentes circunstâncias, deixou de ser considerado pela compreensão histórica e acabou registrado nas páginas das ficções. Por exemplo, as crises pessoais, os conflitos emocionais, as decisões individuais tomadas ao acaso ou no calor da hora e cuja repercussão atuou num coletivo amplo e até definidor de reivindicação social ou política. O registro que aparece nos romances sobre as práticas cotidianas ocorridas durante a ditadura civil-militar pode servir como importante instrumento de análise do período ditatorial porque busca trazer à tona o cotidiano de pessoas comuns que viveram os horrores da ditadura. Com isso, rompem com uma memória consolidada desse período ao dar voz aqueles que, sobretudo após anistia, tentou-se silenciar: a militância não armada, a família dos presos e desaparecidos políticos e o próprio agente da tortura.

Heloneida ao trabalhar com a memória em seus romances enfatiza o constante conflito existente entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, e para isso é necessário estarmos atentos para que possamos perceber até que ponto o passado interfere no presente e como o presente resgata o passado, ou em qual momento certas lembranças farão com que seja dada ênfase a este ou aquele aspecto. A este respeito Pollak (1989, p. 13) declara:

[...] Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos.

No entanto, a memória, especificamente no caso dos países que passaram por regimes de exceção, pode ser motivo de disputa entre várias organizações, sejam estas de esquerda ou de direita. O que sobrevive é uma “escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 2013, p. 485). Ao buscar legitimar a autoridade da ordem e do poder, dá-se margem para a manipulação da memória: “tudo o que constitui a fragilidade da identidade revela assim oportunidade de manipulação da memória, principalmente por via ideológica” (RICOEUR, 2007, p. 455).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?** História, Historiadores e a Comissão Nacional da verdade. São Paulo: Paco, 2017.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *Literatura e história: o entrecruzamento de discursos*. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: Editora da FURG, 1993.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CATELA, Ludmila da Silva. “Em nome da pacificação nacional: anistias, pontos finais e indultos no cone sul”. In: D’Araújo, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Democracia e forças armadas no cone sul**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

CUNHA, Karla Pereira. **Gabriel Garcia Márquez e Octávio Paz: a questão da identidade ibero-americana em Cien Años de Soledad e El Laberinto de La soledad**. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FRANCO, Renato. *Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70*. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora UNICAMP, 2003, p. 355-374.

GINZBURG, Jaime. *Memória da ditadura em Caio Fernando Abreu e Luís Fernando Veríssimo*. **O Eixo e a Roda**, São Paulo, v. 15, p. 43-54, 2007.

GROPPO, Bruno. *Traumatismo de la memoria e impossibilidad del olvido em los países del Cono Sur*. In: GROppo, B.; FLIER, P. (Org). **La impossibilidad del olvido: recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay**. La Plata: Al Margen, 2001. pp.19-42.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1989.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Arquitetura, Monumentos, Mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.



- IZQUIERDO, I. **Memória**. Porto Alegre: ArtMed, 2002.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.
- LEMOS, Renato. *Anistia e crise política no Brasil pós-1964*. **Topoi**, Rio de Janeiro, no 5, 2002.
- LEROI-GOURHAN, A. **Le geste et la parole**, 2 vol. Paris: A. Michel, 1964-1965 Lisboa: Edições 70, 1981-83.
- LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MONTEIRO, Tânia Venturini. *O grande mentor da anistia foi Figueiredo*. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 agosto de 2009. Disponível em: <https://goo.gl/JRxz6q>. Acessado em: 30 jan 2014.
- NORA, Pierre. *Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux*. In: GERON, Charles-Robert. (org). **Le lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (século XIX e XX)*. **Revista anos 90**, Porto Alegre, n. 4, dezembro, p. 115-127, 1995.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: editora 34, 2009.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- RICOEUR, Paul. **Les temps et les filosofies**. Paris: s/e, 1978.
- _____. **A memória, a História, o Esquecimento**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- SANTIAGO, Silviano. *Prosa literária atual no Brasil*. In: SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra**: ensaios. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.
- STUDART, Heloneida. **O pardal é um pássaro azul**. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.
- _____. **O estandarte da agonia**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981.



_____. **O Torturador em Romaria**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

VECCHI, Roberto; DALCASTAGNÉ, Regina. *Apresentação. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. Literatura e Ditadura*. n. 43, Brasília, jan/jun, 2014. Disponível em: Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/10748>. Acesso em 25/01/2017.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. *Nuances e Perplexidades*: observações históricas e historiográficas sobre o período ditatorial (anos 1960-80) e seus desdobramentos. **Revista Maracanan**, n. 11, dez 2014, p. 68-78.